

O BNDE e a execução do Plano de Metas: 1956/60 *

Hildete Pereira de Melo - UFF
Ana Claudia Caputo - Petrobrás
Victor Leonardo de Araujo - UFF
Glória Maria Moraes da Costa – ESPM

Resumo

O objetivo deste estudo é analisar a trajetória do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) durante o governo de Juscelino Kubitschek, partindo da hipótese de que esta instituição foi *locus* privilegiado das ações desenvolvimentistas e que na execução do Plano de Metas o BNDE se consolidou enquanto importante agência de fomento e foi um dos principais promotores do processo de industrialização brasileiro. Esta análise baseou-se nos documentos produzidos pelo Departamento Econômico do Banco, intitulados Exposições sobre o Programa de Reparcelamento Econômico, nos relatórios do Conselho de Desenvolvimento, da Comissão BNDE-CEPAL e da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos. Conclui que o Banco foi a principal agência oficial na coordenação dos investimentos públicos e principal executor das políticas traçadas pelo Plano de Metas para os setores sob a responsabilidade do setor público.

Palavras-chave: Desenvolvimentismo, BNDE, Plano de Metas

1. Introdução

O governo de Juscelino Kubitschek (1956-60) é considerado um marco na economia brasileira pelo legado que deixou, que pode ser traduzido em termos de crescimento médio do PIB de 8% ao ano, modificação da estrutura produtiva em favor da indústria – cuja participação no PIB aumentou de 26,6% em 1955 para 33,2% em 1960 – e também de modificações no interior deste setor, em benefício dos setores de bens de produção, além da transferência da Capital Federal para Brasília. Outro legado, igualmente importante, foi deixado em termos de aceleração inflacionária (média de 24,7% ao ano, pelo IGP-DI, contra 16,4% do quinquênio anterior) e desequilíbrio externo, medido pelo déficit do balanço de pagamentos de US\$ 420 milhões em 1960.

As políticas implementadas no seu governo foram discutidas em Lessa (1975), Lafer (1970), Sochaczewski (1993) e, de modo geral, sugerem que os instrumentos de política econômica foram conduzidos com o intuito de acelerar o desenvolvimento econômico brasileiro a despeito de não solucionar – quiçá agravar – alguns desequilíbrios existentes na estrutura econômica brasileira. Um desses desequilíbrios é o financiamento: a leitura convencional do governo JK sugere que o seu governo não procurou solucionar os problemas

* Neste estudo mantivemos o nome do Banco com sua antiga nomenclatura; o S, de social, só foi incorporado com a criação do FINSOCIAL em 1982, pelo Decreto-Lei nº. 1.940, de 25 de maio de 1982.

associados a uma estrutura financeira ineficiente, recorrendo ao financiamento externo e à expansão do crédito para financiar o programa.

Esta interpretação ignora o esforço implementado para consolidar e expandir a atuação do recém-criado Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) durante o governo Kubitschek. Esta instituição, que era dotada de quadros técnicos que participariam ativamente na elaboração do Plano de Metas, ainda atuava de forma modesta devido às dificuldades de mobilização de recursos.

Assim, este trabalho pretende cobrir esta lacuna, partindo da hipótese de que o BNDE foi *locus* privilegiado das ações desenvolvimentistas, pois foi durante o governo JK que o BNDE se consolidou enquanto importante instituição desenvolvimentista e um dos principais promotores do processo de industrialização brasileiro.

Este trabalho possui quatro seções, incluindo a presente introdução. Na seção dois, será descrito o Plano de Metas, incluindo a participação dos técnicos do BNDE no Conselho do Desenvolvimento. Na seção três, serão discutidas as medidas implementadas durante o Governo JK para fortalecer e consolidar o Banco. A seção quatro fará as considerações finais.

2. O governo JK, a formulação do Plano de Metas e o BNDE

Desde a morte de Getúlio Vargas que a campanha de Juscelino Kubitschek para a Presidência da República estava em curso e uma pré-proposta de programa de governo intitulada “*Diretrizes Gerais do Plano Nacional de Desenvolvimento*” foi publicada por correligionários mineiros. Segundo depoimento de Lucas Lopes (1991), este teria sido o embrião do Plano de Metas.¹ Neste programa já estava prevista a expansão dos setores energéticos e de transportes e o crescimento da indústria de base, tendo em vista que JK era favorável ao prosseguimento do programa de eletrificação iniciado pelo governo de Vargas, bem como o de infraestrutura (Lopes, 1991).

Seguindo prática já existente durante o governo Vargas, independente de posições políticas, um grupo de “quadros” do Estado brasileiro favoráveis à industrialização se fortalecia e trazia novos conhecimentos relativos a técnicas de prospecção e de programação de longo prazo. Estas técnicas e prospecções, assim como diagnósticos, foram assimiladas e difundidas através de estudos realizados por comissões, como a CMBEU², pelo Grupo Misto

¹ Lucas Lopes, ao sair do governo Café Filho, voltou para Belo Horizonte e escreveu uma proposta de programa de governo incorporando as sugestões que Juscelino estava coletando sobre os problemas nacionais. A primeira edição de mil exemplares foi financiada por ele, Julio Soares e Sebastião Dayrell de Lima (Lopes, 1991, pp. 166 e 167).

² Ver O Observador Econômico e Financeiro, ano XX, n.230, abril de 1955.

CEPAL-BNDE, e seriam essenciais para a elaboração do Plano de Metas.³ O Plano absorveu contribuições do estudo “Esboço de um Programa de Desenvolvimento para a Economia Brasileira (Período 1955-62)”, elaborado pelo Grupo Misto CEPAL-BNDE, além dos relatórios das comissões do Conselho de Desenvolvimento Industrial,⁴ elaborados ainda durante o governo Vargas, particularmente do “Relatório da Subcomissão de Jipes, Tratores, Caminhões e Automóveis”.⁵

Imediatamente após à posse, Juscelino criou o Conselho do Desenvolvimento, em 1º de fevereiro de 1956, diretamente subordinado à Presidência da República, com o objetivo de formular e executar um plano de desenvolvimento. Lucas Lopes e Roberto Campos, nomeados respectivamente presidente e diretor superintendente do BNDE, acumulariam os cargos do Banco com os do Conselho do Desenvolvimento, sendo que o primeiro era também o secretário executivo do Conselho, ou seja, participariam do grupo diretamente ligado à Presidência e que centralizaria as decisões.⁶

A política desenvolvimentista sistematizada no Plano de Metas fixava uma série de objetivos setoriais, consubstanciados em torno de trinta metas que deviam ser implantadas em cinco anos, correspondentes ao mandato presidencial, mesmo que a execução dos projetos se estendesse por governos seguintes, como acabou acontecendo. Um dos grandes objetivos do plano que se desenhava era construir a infraestrutura necessária à integração do sistema industrial, antecipando-se à demanda, e com capacidade de encadear para frente e para trás o desenvolvimento industrial, criando um longo ciclo expansivo, primordialmente no eixo Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais.

O Plano de Metas abrangia os setores de energia, transportes, indústrias de base, alimentação e educação, sendo que os três primeiros foram os mais favorecidos. O setor de

³ Na realidade o documento original foi publicado com a denominação de Programa de Metas, utilizada também em outras ocasiões, entretanto o presidente Kubitschek preferia usar a denominação de Plano de Metas, como ficou conhecido, terminologia utilizada também nesse trabalho. Ver Kubitschek (1978).

⁴ Em julho de 1951, Vargas criou a Comissão de Desenvolvimento Industrial (CDI), subordinada ao Ministério da Fazenda, com o propósito de impulsionar a política industrial. Participavam da Comissão, técnicos, militares e empresários como Euvaldo Lodi, Luís Dumont Villares, Edmundo de Macedo Soares, Lúcio Meira, Augusto Frederico Schmidt, dentre outros. A CDI formulou um Plano Geral de Industrialização para o país e era composto por subcomissões, das quais se destacam a Comissão Executiva da Indústria de Material Automobilístico (Ceima) e a Comissão Executiva da Indústria de Material Elétrico (Ceime). A CDI foi extinta com a saída de Vargas, mas durante o governo Kubitschek foi recriado com uma nova roupagem: Conselho de Desenvolvimento. Fonte: CPDOC-FGV. Acesso em 06/04/2008.

⁵ Ver Latini (2007).

⁶ O Conselho de Desenvolvimento foi criado pelo Decreto nº. 38.744, de 1 de fevereiro de 1956, subordinado ao Presidente da República. Este conselho era formado por todos os ministros, chefes da Casa Civil e Militar, o presidente do Banco do Brasil e o presidente do BNDE, este último seu secretário nato. O Conselho tinha como incumbência traçar e administrar o Programa de Metas do governo. O Conselho do Desenvolvimento foi extinto pelo governo militar através do Decreto nº. 53.914, de 11 de maio de 1964, e suas atribuições incorporadas ao Ministério do Planejamento.

energia tinha cinco metas; o de transportes, sete; de alimentação, seis; de indústrias de base, onze metas; e de educação, apenas uma. Além destas, havia ainda a chamada meta-síntese, que era a construção de Brasília. A inclusão dessa nova meta, além das trinta iniciais, foi uma decisão do presidente, que assumiu o compromisso de construir uma nova capital federal para o Brasil, localizada no Centro-Oeste, conforme texto constitucional.⁷ A meta relativa à educação foi incluída por sugestão de Clóvis Salgado⁸ e a meta relativa à agricultura, mais especificamente à alimentação, foi incluída em decorrência das dificuldades que o Brasil enfrentava com o Acordo do Trigo, analisado em outra sessão deste artigo.

Segundo Lessa (1975: 27), o Plano de Metas “constituiu a mais sólida decisão consciente em prol da industrialização na história econômica do país”. De fato, para garantir uma melhor implementação do Plano de Metas, o Governo fez uma divisão de papéis, tornando complementares os investimentos nacionais e estrangeiros, coordenados e implantados através dos Grupos Executivos, os quais foram criados com a função de formular e coordenar a execução dos programas setoriais do governo Kubitschek, definidos por Roberto Campos (1994, p.335) uma “interessante peça de engenharia administrativa”. É importante ressaltar que a ideia dos grupos executivos surgiu durante o segundo governo Vargas, com as subcomissões de trabalho da Comissão de Desenvolvimento Industrial (CDI),⁹ de 1951, e que depois foram retomados nos grupos de trabalho da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (CMBEU) e nos do Conselho do Desenvolvimento/BNDE, durante o Plano de Metas. Pelo fato de serem criados em períodos de forte centralização de poder, os grupos executivos surgiram, ao longo do tempo, sempre por um decreto-lei da Presidência da República.

Esses grupos foram se estruturando à medida que avançaram as necessidades dos programas e projetos em andamento, e não como resposta imediata à formulação do Plano de

⁷ O projeto de transferência da capital é anterior ao governo Kubitschek e Lucas Lopes havia participado da Comissão Poli Coelho, criada em 1946, para colocar em andamento o que foi previsto na Constituição de 1934. No artigo 4º., das Disposições Transitórias, estava recomendada a transferência da capital da União para um ponto do Planalto Central do Brasil. Durante o governo Vargas, em 1953, foi sancionada a Lei nº. 1.803 que autorizou o início dos estudos, posteriormente, em 1957, Juscelino sancionou a Lei nº. 3.273, que aprovava por unanimidade, na Câmara e no Senado, a data limite de transferência da capital: 21 de abril de 1960. Fonte: CPDOC-FGV. Acesso em 06/04/2008.

⁸ Clóvis Salgado da Gama (1906 – 1978) foi vice-governador do estado de Minas Gerais na gestão de Juscelino Kubitschek. Fonte: DHBB. Acesso em 10/05/2008.

⁹ Latini (2007) afirma que foram criadas seis subcomissões, mas que de uma maneira geral os trabalhos do CDI foram ofuscados pelas atividades desenvolvidas pela Comissão Mista Brasil-Estados Unidos. O relatório da subcomissão de Jipes, Tratores, Caminhões e Automóveis teria sido, no entanto, importante para o sucesso posterior do Grupo Executivo da Indústria Automobilística (GEIA), do Plano de Metas. Integraram esta subcomissão, como conselheiros: Lúcio Meira, Joelmir Araripe Macedo, Mariano Ferraz, Luis Dumont Villares, Abelardo Villas-Boas, Euvaldo Lodi. Estes nomes indicam a importância destes estudos para a futura instalação da indústria automobilística no país.

Metas. A única exceção parece ter sido o Grupo Executivo da Indústria Automobilística (GEIA), um dos mais importantes para a industrialização em curso, criado em 16 de junho de 1956. O GEICON (Grupo Executivo da Indústria da Construção Naval) foi criado em 13 de junho de 1958; o GEIMAPE (Grupo Executivo da Indústria Mecânica Pesada), em 26 de agosto de 1959. Ainda neste último ano o GEACE (Grupo Executivo para Aplicação de Computadores Eletrônicos) foi criado em 20 de abril, e o ENAPE (Grupo Executivo para Incrementar e Reestruturar o Sistema de Ensino Técnico-Científico-Profissional), criado em 25 de junho. Por fim, em 04 de agosto de 1960, foi criado ainda o GEAMPE (Grupo Executivo de Assistência a Média e a Pequena Empresa).

Os grupos executivos encarregados das metas 27, 28 e 29 – respectivamente implantação da indústria automobilística, construção naval e indústria de base e maquinaria pesada, isto é, GEIA, GEICON e GEIMAPE, relativos a setores essenciais para o projeto de governo – foram presididos pelo almirante Lúcio Meira,¹⁰ que além de respeitado nas Forças Armadas, tinha grande trânsito entre os meios político e empresarial, além de ter sido presidente da Comissão de Desenvolvimento Industrial no segundo governo Vargas. A instalação do setor automotivo deve-se, seguramente, à atuação de Lúcio Meira, que seria Ministro de Viação e Obras Públicas no governo JK, além de presidir o próprio BNDE¹¹, depois da demissão de Roberto Campos, em julho de 1959.

Embora formalmente o Plano de Metas tenha sido elaborado pelo Conselho do Desenvolvimento, pode-se dizer que o BNDE participou de sua elaboração. Dois argumentos reforçam esta hipótese. Em primeiro lugar, segundo depoimento de Celso Furtado (1982), os diagnósticos para a economia brasileira elaborados pelo Grupo Misto Cepal-BNDE e publicados em 1957 (Grupo Misto BNDE-CEPAL, 1957 e 1957a) foram aproveitados na elaboração do Plano. De acordo com Furtado,

Se possível foi fazer um plano de metas coerente naquele momento, é porque havia um estudo básico, técnico, que mostrava o que seria a economia brasileira em cinco anos, e que traçava hipóteses, porque fazíamos o estudo como metodológico. [...] O trabalho do Grupo Misto CEPAL-BNDE foi fundamental para estudar os anos 50 no Brasil. Ali tínhamos a chance de aplicar uma metodologia que era recente e que se aplicou pela primeira vez no Brasil. O Brasil foi o primeiro país com um plano de metas, isto é, com o primeiro plano do desenvolvimento econômico sério feito na América Latina. (Furtado, 1982: 5)

¹⁰ Lúcio Martins Meira (1907 – 1991), Ministro de Viação e Obras Públicas no governo Juscelino Kubitschek, presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) de 1958-1960 e da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) de 1961-63. Fonte: DHB. Acesso em 6/02/2008.

¹¹ De acordo com Tavares, em entrevista não publicada de 1982 ao Projeto Memórias, do BNDE, data dessa época a presença de militares nos grupos técnicos que iriam, daí para frente, planejar e expandir setores ligados à infraestrutura e depois relacionados à segurança nacional.

Mas a participação do BNDE na elaboração do Plano de Metas não se restringiu aos diagnósticos do Grupo Misto. Parte do corpo técnico do Banco compunha o Conselho do Desenvolvimento. O conhecimento das modernas técnicas de planejamento econômico que foram introduzidas no Brasil pela Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, ainda no governo Vargas, e incorporadas ao BNDE, qualificou o corpo técnico do Banco a participar daquela que seria a maior peça de planejamento econômico já elaborada no Brasil até então. De acordo com Campos (1982: 3), as demais instituições existentes “não estavam equipadas, realmente, para a tecnologia de análise de rentabilidade de projeto [sic]. Era uma coisa nova no Brasil àquela época, e justificava-se, portanto, a criação de uma entidade nova”. Ou seja, o BNDE nasce como uma instituição que, além de prover o financiamento a importantes projetos de infra-estrutura, também ficaria encarregado de planejar a economia nacional. Esta experiência com as técnicas de planejamento seria utilizada na formulação do Plano de Metas.

Segundo depoimento de Lucas Lopes, o BNDE teria sido a secretaria de planejamento do Conselho do Desenvolvimento (Lopes, 1982). Também em depoimento, Roberto Campos confirma esta versão. Segundo Campos (1982: 11), “o Conselho de Desenvolvimento era apenas um conselho de ministros, que valia tanto quanto a sua secretaria técnica, a Secretaria do Conselho de Desenvolvimento, que era, essencialmente, o BNDE”.

O Conselho do Desenvolvimento era composto por Grupos de Trabalho, que funcionavam no edifício do Banco “e eram formados, em grande parte, por pessoal do Banco, além de pessoas externas” (Lopes, 1982: 5). O ex-ministro da Fazenda é cauteloso em afirmar que o Plano de Metas não foi feito por ninguém especificamente, mas sim pelos Grupos de Trabalho. Ou seja, não se pode, por suas palavras, atribuir ao BNDE a autoria do Plano de Metas, contudo, segundo o mesmo depoimento:

Cada Grupo de Trabalho do Programa de Metas tinha uma característica: quase sempre tinha um Coordenador, que era um Secretário, um homem-chave do BNDE, que, geralmente, possuía alto padrão de especialização no setor. [...] o BNDE participou, praticamente, de todas as formulações do Programa de Metas. (Lopes, 1982: 7)

Campos (1982: 12), por sua vez, é menos sutil: “toda a formulação do Programa de Metas foi feita no BNDE.” Ou seja, é possível afirmar, sem medo de errar, que o corpo técnico do BNDE, dada a sua qualificação, especialmente no que diz respeito ao conhecimento das técnicas de planejamento, participou ativamente da elaboração do Plano de Metas.

3. O financiamento do Plano de Metas e o BNDE

Uma vez criados os órgãos responsáveis pelo planejamento da economia brasileira durante o quinquênio, dois obstáculos deveriam ser superados para o êxito das medidas anunciadas. O primeiro dizia respeito à restrição externa e o segundo ao financiamento. De fato, o Plano previa metas audaciosas e ambiciosas, com investimentos simultâneos em praticamente todos os setores econômicos, para os quais dever-se-ia mobilizar vultosos recursos externos e internos. Numa estimativa preliminar, previu-se que alcançaria cerca de Cr\$ 355,8 bilhões, – exclusive a construção de Brasília – dos quais Cr\$ 119,1 bilhões (33,4% do total) eram equivalentes a bens e serviços importados (Conselho do Desenvolvimento, 1958: 21).

Com respeito ao primeiro problema, este foi contornado em grande medida pelo uso da Instrução 113 da Sumoc, criada em 17 de janeiro de 1955, pelo então ministro da Fazenda do governo Café Filho, Eugênio Gudin, que pretendia ser um instrumento de política comercial, de curto prazo, para enfrentar a crise cambial que o país vivenciava. Esta instrução autorizava a CACEX a emitir licenças de importação de equipamentos sem cobertura cambial, na forma de investimento direto estrangeiro. Seu objetivo, dada a restrição externa, era favorecer o aumento da importação de bens de capital sem desequilibrar em demasia o balanço de pagamentos e, dessa forma, modernizar rapidamente a indústria nacional (Caputo & Melo, 2007).

Esse dispositivo legal foi posteriormente incorporado à Lei de Tarifas, em 1957, que vigorou até março de 1961, permitindo que o governo gerasse uma nova fonte de recursos. O saldo da conta de ágios e bonificações foi utilizado para financiar uma substancial parcela do gasto público durante o governo Kubitschek. No período compreendido entre 1956 e 1960, estes recursos totalizaram US\$ 404,9 milhões¹² e, de acordo com documento oficial do Plano de Metas (1958), deveriam robustecer a importação de equipamentos relativos a quatro setores e suas metas: alumínio, cimento, indústria automobilística e construção naval. A indústria de transformação recebeu aproximadamente 97,96% destes investimentos, o que é coerente com o planejamento do Plano de Metas que previa para a meta de indústrias de base maior participação do capital privado, em detrimento dos recursos originados nos orçamentos públicos da União, dos Estados e dos financiamentos públicos.¹³

¹² Fonte: Boletins da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC) – 1955/1961.

¹³ Provavelmente, a Instrução 113 foi o principal instrumento, naquele momento, para a política de atração do capital estrangeiro para o Brasil. Para o governo Kubitschek, a Instrução 113 era uma forma de diminuir a burocracia para a entrada de capital externo e instituir remuneração atraente para este. Os equipamentos e máquinas importados, via Instrução 113, eram contabilizados no ativo das empresas importadoras como

O Plano de Metas previa que parte das metas seria entregue à iniciativa privada e que, neste caso, os recursos deveriam provir de capitalização própria das empresas, por subvenção pública e por financiamento de entidades governamentais (Conselho do Desenvolvimento, 1958: 15). Esperava-se, quando da formulação original do Plano, que alguns setores seriam inteiramente entregues ao setor privado, destacando-se dentre estes: mecanização agrícola, fertilizantes, cimento e borracha. Em outros setores, como o de produção de petróleo, indústria automobilística, aparelhamento de ferrovias e indústrias de base, em geral, a expectativa era de que a participação do capital privado predominaria sobre a do setor público. Entretanto, a maioria das metas seria em grande parte financiada pelo setor público, quer por recursos originários dos orçamentos da União e dos Estados, quer por recursos do BNDE.

Como se pode depreender da tabela 1, as fontes de recursos previstas no Plano de Metas apresentavam a seguinte distribuição: 39,7% dos recursos eram oriundos do orçamento da União (inclusos fundos vinculados); 10,4% orçamento dos Estados (inclusos fundos especiais); 35,4% recursos próprios de empresas privadas ou sociedades de economia mista; e 14,5% das instituições públicas (BNDE, Banco do Brasil e outros), o equivalente a Cr\$ 41,2 bilhões. É interessante observar que do montante dos recursos provenientes das entidades públicas, o BNDE seria responsável por cerca de 80% destes, segundo as estimativas iniciais. Dos financiamentos públicos, 32% seriam destinados ao setor de energia, 29% ao de transportes, 34% às indústrias de base e 5% para o setor de alimentação. Para a educação, não havia recursos especificamente destinados (Programa de Metas, 1958, Tomo I).

investimento direto, a uma taxa de câmbio livre, enquanto que a remessa de lucros e amortizáveis que as empresas faziam era feita com base numa taxa de câmbio preferencial. Havia, portanto, um diferencial cambial que favorecia o capital estrangeiro em detrimento do capital nacional. A pressa em diversificar a estrutura industrial do país é uma das razões que explica a ampla utilização da Instrução 113. O fato é que esta orientação produziu um impacto importante sobre o crescimento dos investimentos estrangeiros e aumentou significativamente o peso desse capital no tecido industrial nacional (Ver Caputo & Melo, 2007 e 2008).

Tabela 1
Programa de Metas: Origem dos recursos, em percentual (1957-1961)

METAS	Rec dos Orç Públicos incluindo fundos espec.		Rec Privados ou Próprios*	Financiamentos Públicos**	Total
	Da União	dos Estados			
Energia	27,14	21,79	40,26	10,81	100,00
1 Energia Elétrica	28,69	37,76	18,75	14,81	100,00
2 Energia Nuclear	100,00	-	-	-	100,00
3 Carvão Mineral	58,11	13,58	28,30	-	100,00
4 Petróleo (produção)	22,50	-	71,61	5,89	100,00
5 Petróleo (refinação)					
Transportes	67,75	0,32	19,39	12,54	100,00
6 Ferrovias - aparelhamento	16,08	-	52,05	31,87	100,00
7 Ferrovias - construção	89,76	2,00	1,47	6,78	100,00
8 Rodovias - pavimentação	100,00	-	-	-	100,00
9 Rodovias - construção	100,00	-	-	-	100,00
10 Portos e dragagem	81,15	-	12,57	6,28	100,00
11 Marinha Mercante	77,66	-	10,01	12,33	100,00
12 Transporte Aeroviário***	83,53	-	16,47	-	100,00
Alimentação	10,03	12,47	55,32	22,19	100,00
13 Produção agrícola - trigo					
14 Armazéns e silos	34,78	28,99	-	36,23	100,00
15 Armazéns e frigoríficos	-	18,85	12,60	68,55	100,00
16 Matadouros industriais	-	29,00	16,83	54,17	100,00
17 Mecanização agrícola	-	-	100,00	-	100,00
18 Fertilizantes	-	-	100,00	-	100,00
Indústrias de base	6,06	3,82	60,22	29,90	100,00
19 Siderurgia	10,26	12,10	24,14	53,50	100,00
20 Alumínio	-	-	66,22	33,78	100,00
21 Metais não ferrosos	-	-	60,00	40,00	100,00
22 Cimento	-	-	100,00	-	100,00
23 Álcalis	23,08	-	-	76,92	100,00
24 Papel e celulose	-	-	61,40	38,60	100,00
25 Borracha	-	-	100,00	-	100,00
26 Exportação de minério	-	-	60,00	40,00	100,00
27 Indústria automobilística	-	-	92,02	7,98	100,00
28 Construção naval	29,91	-	51,11	18,98	100,00
29 Mecânica e Material elétrico Pesado	-	-	77,57	22,43	100,00
Educação	100,00	-	-	-	100,00
30 Formação de pessoal	100,00	-	-	-	100,00
TOTAL GERAL	39,68	10,41	35,42	14,49	100,00

*Inclusive reinversões de e mpresas estatais ou mistas

**Do BNDE, Banco do Brasil etc

***Subvenções às Cias de Aviação.

Fonte: Conselho do Desenvolvimento (1958, tomo I, p. 61)

Na sua formulação, o governo manifestara preocupação com as metas que envolviam os investimentos públicos. A mobilização dos recursos deveria ocorrer de maneira não-inflacionária e era uma premissa evidenciada logo no primeiro parágrafo do capítulo referente ao levantamento de recursos internos. Mobilizar recursos adicionais sem provocar aceleração inflacionária iria requerer, de acordo com a formulação do Plano: (i) o aumento da poupança privada; (ii) a canalização dos recursos disponíveis para setores considerados prioritários,

evitando-se que os mesmos fossem direcionados para o consumo “suntuário”, para “inversões de menor urgência econômica e social” ou mesmo o “desperdício” (Conselho do Desenvolvimento, 1958: 15-16); e (iii) o levantamento de novos recursos tributários.

De acordo com o relatório do Conselho do Desenvolvimento, o BNDE dispunha de Cr\$ 44,2 bilhões, dos quais 80% dos recursos seriam destinados ao Plano, e o restante para outros projetos (Conselho do Desenvolvimento, 1958). A participação do BNDE no Plano de Metas, no entanto, foi maior do que a prevista, uma vez que, ao longo da sua execução, o governo expandiu a base de recursos do Banco.

O BNDE havia sido criado no ano de 1952, durante o governo Vargas, quatro anos antes, portanto, do anúncio do Plano de Metas. As suas fontes de recursos eram restritas ao adicional de 15% sobre o Imposto de Renda de pessoas físicas e jurídicas que pagassem mais de Cr\$ 10 mil, que compunha o Fundo de Reparçamento Econômico (FRE). No início do governo JK, o Banco deparava-se com três problemas de natureza financeira. O primeiro era que os recursos do recolhimento do adicional ao imposto de renda não eram integralmente repassados ao Banco (Tabela 2), quer pela demora na arrecadação do referido imposto – o que fazia com que os recursos somente fossem repassados no exercício seguinte –, quer pela própria política de execução orçamentária implementada pelo Ministério da Fazenda (BNDE, 1955).

Tabela 2
Imposto de renda: adicional restituível X recolhimento
ao BNDE – 1952-1956 Cr\$ milhões

Ano	Valor do adicional restituível	Recolhimento ao BNDE	%
1952	1.408	370	26,28
1953	1.675	1.028	61,37
1954	2.201	633	28,76
1955	2.971	1.189	40,02
1956	3.743		-
1952/56 (Total)	11.998	3.220	26,84

Fonte: BNDE (1962: 96). Elaboração própria.

O segundo problema consistia na expectativa de extinção do Fundo de Reaparelhamento Econômico. De acordo com o que previa a Lei 1.628, de 20/06/1952, o adicional ao imposto de renda seria extinto em 1956. Por fim, quando da criação do BNDE, havia a expectativa quanto à vinda de empréstimos estrangeiros do Banco Mundial e do Eximbank, que remontariam ao valor de US\$ 500 milhões. A modificação nos rumos da política externa norte-americana, ainda em 1952, fez com que aquela cifra fosse bem inferior: US\$ 182 milhões, segundo dados de BNDE, de 1964. Ou seja, nos anos iniciais o BNDE se deparou com uma forte restrição de recursos, o que condicionou a sua atuação a um nível bastante modesto.

Ocorre, pois, que o sucesso do Plano de Metas estava atrelado à convicção de que o BNDE seria capaz de dar suporte financeiro para o cumprimento das metas, mas aqueles obstáculos apontados acima deveriam ser superados.

Assim, o governo foi instado a encaminhar ao Congresso Nacional o Projeto de Lei nº. 442, que visava prorrogar por mais 20 anos a arrecadação do adicional do imposto de renda. O projeto foi aprovado e transformado na Lei nº. 2.973, de 26 de novembro de 1956, que prorrogou o adicional do imposto de renda por mais 10 anos, ao invés dos 20 anos da proposta original.¹⁴ A lei determinou ainda que o adicional passasse a ser diretamente transferido das estações arrecadoras do Imposto de Renda ao Banco do Brasil, “à conta e ordem do BNDE” (BNDE, 1962: 96), de modo a agilizar o repasse ao Banco, superando a insuficiência de recursos da fase inicial do BNDE. A mesma lei previa também que pelo menos 25% dos recursos provenientes do adicional do imposto de renda deveriam ser alocados para projetos em regiões menos desenvolvidas (BNDE, 1994).¹⁵ A partir daí, de fato, o Banco pôde contar com uma quantia maior dos recursos oriundos do adicional do imposto de renda, mais próxima do valor do adicional restituível, conforme mostra a Tabela 3 a seguir.

¹⁴ O prazo de vinte anos foi um dos pontos polêmicos quando o projeto foi debatido na Câmara dos Deputados, uma vez que se tratava de prorrogar um imposto criado cinco anos antes para financiar um reaparelhamento que, de fato, não ocorrera.

¹⁵ Tal dispositivo legal era mais uma manifestação da insatisfação política, sobretudo dos nordestinos, quanto à concentração da atuação do Banco no eixo Rio-São Paulo-Minas Gerais.

Tabela 3
Imposto de renda: adicional restituível X recolhimento ao
BNDE
1956-1960 - Cr\$ Milhões

Ano	Valor do adicional restituível (A)	Recolhimento ao BNDE (B)	(B/A) %
1956	3.889	-	-
1957	4.432	3.197	72,1
1958	5.103	4.439	87
1959	6.500	6.518	100,3
1960 *	9.911	10.191	102,8
1956/1960	29.835	24.345	81,6

* No ano de 1960, todos os valores foram retirados da XI Exposição sobre o Programa de Reaparelhamento Econômico – 1962 - BNDE.

Fonte: Coluna A: BNDE (1959); Coluna B: BNDE (1962). Elaboração própria.

Além do aprimoramento da legislação relativa ao adicional do imposto de renda, o governo Kubitschek criou, também para o financiamento do Plano de Metas, alguns recursos vinculados. Quando da formulação original do Plano, estes eram considerados recursos orçamentários e não contabilizados como previsão de receita do BNDE. A decisão de entregá-los para a gestão do Banco ocorreu ao longo deste governo, portanto, ao longo da execução do Plano de Metas e provavelmente como forma de viabilizar sua execução. Ao todo, esperava-se que, entre 1957 e 1961, a arrecadação total oriunda de tais fundos atingisse Cr\$ 112,9 milhões (Conselho do Desenvolvimento, 1958: 24). Quando da elaboração do Plano, já existiam e eram geridos pelo BNDE: o Fundo Federal de Eletrificação, o Fundo de Renovação e Melhoramento das Ferrovias e o Fundo de Pavimentação (Quadro 1). Em 1956, a Lei nº. 2.975, de 27 de novembro de 1956, garantiu que 16% das quotas do Imposto Único sobre Combustíveis e Lubrificantes, arrecadado entre 1956 e 1961, seriam depositados no Banco para, posteriormente, constituir o capital social da Rede Ferroviária Nacional.¹⁶

Especificamente para o financiamento do Plano de Metas, foram criados o Fundo de Marinha Mercante, pela Lei nº. 3.381, de 24 de abril de 1958, e o Fundo Portuário Nacional, pela Lei nº. 3.421, de 10 de julho de 1958, ambos depositados no BNDE. Os recursos financeiros depositados no Banco oriundos destes fundos tinham destinação especial e eram

¹⁶ “A Lei nº. 2.975 de 27/11/1956, dispôs que 16% do Imposto Único sobre Combustíveis e Lubrificantes, arrecadados nos exercícios de 1957 a 1961, seriam aplicados na constituição do capital social da Rede Ferroviária Federal SA, cuja criação então se discutia no Congresso Nacional. O produto da arrecadação seria depositado no BNDES, enquanto a Rede não estivesse constituída regularmente. Cumprida essa formalidade o montante dos depósitos seria transferido à empresa, contra a entrega das respectivas ações à União, Unidades da Federação e municípios” (Prochnick, 1995: 10).

identificados a projetos e programas. Mesmo que os recursos desses Fundos encorpassem o *funding* do BNDE, ao longo dos anos variou a autonomia que o Banco tinha sobre sua utilização, pois alguns deles eram apenas depositados para que o BNDE gerisse as aplicações dos recursos, embora sua utilização fosse decidida em outras esferas do governo (Prochnik, 1995). O Quadro 1, abaixo, resume os recursos vinculados entregues ao BNDE na década de 1950. Pouco a pouco, eles adquiriram importância a ponto de excederem, já a partir de 1956, a arrecadação oriunda do adicional ao imposto de renda, conforme mostra a Tabela 4.

QUADRO 1
BNDE: Recursos vinculados

Tipo	Dispositivo legal	Descrição
Fundo Federal de Eletrificação	Lei nº. 2.308, de 31 de agosto de 1954	40% da arrecadação do Imposto Único sobre o Consumo de Energia Elétrica, mais 10% da taxa de despacho aduaneiro e do adicional de 4% sobre o Imposto sobre o consumo de energia elétrica.
Fundo de Renovação e Melhoramento das Ferrovias e Fundo de Renovação Patrimonial	Decreto nº. 37.686, de 02 de agosto de 1955	Adicionais às tarifas ferroviárias passaram a ser administrado pelo BNDE a partir do referido decreto.
Fundo de Pavimentação e Fundo Para Substituição de Ramais Ferroviários	Lei nº. 2.698, de 22 de dezembro de 1955	Aos cofres do BNDE seriam recolhidos 30% da receita da diferença entre o preço dos combustíveis e lubrificantes derivados de petróleo fabricados no Brasil e o preço dos mesmos itens importados, constituindo o Fundo Nacional de Pavimentação e o Fundo Para Substituição de Ramais Ferroviários.
Fundo de Marinha Mercante	Lei nº. 3.381, de 24 de abril de 1958	<ul style="list-style-type: none"> • Taxa de Renovação da Marinha Mercante (adicional cobrado ao valor do frete, de 5% para cargas de saída e 15% de entrada em portos nacionais). • 32% da receita oriunda da cobrança da taxa de despacho aduaneiro.
Fundo Portuário Nacional	Lei nº. 3.421, de 10 de julho de 1958	Taxas que variavam entre 0,2% e 1% <i>ad valorem</i> e que incidiam sobre as mercadorias movimentadas nos portos.

Fonte: Prochnik (1995). Elaboração própria.

Tabela 4
Recursos do BNDE – 1956/1960 – Cr\$ Milhões

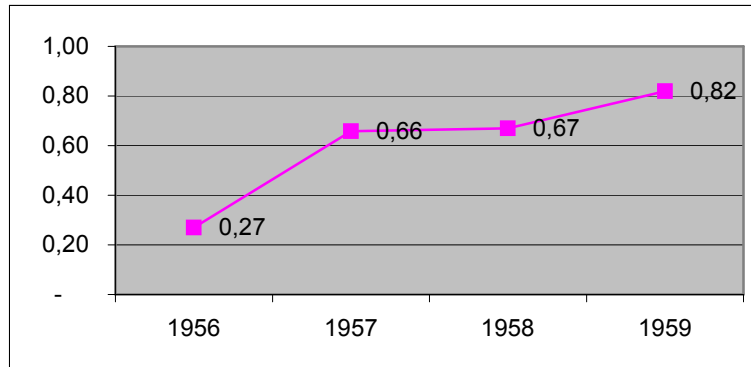
Recursos	1956		1957		1958		1959		1960 *	
	Cr\$ milhões correntes	Taxa de variação real (%)	Cr\$ milhões correntes	Taxa de variação real (%)	Cr\$ milhões correntes	Taxa de variação real (%)	Cr\$ milhões correntes	Taxa de variação real (%)	Cr\$ milhões correntes	Taxa de variação real (%)
I - Recursos Potenciais (1 + 2 + 3)	13.185	54,93	17.083	22,91	22.885	6,25	31.712	0,63	n.d.	n.d.
1. Recursos Próprios (A + B)	5.643	-2,33	6.645	11,71	8.814	5,2	12.026	-0,91	n.d.	n.d.
A. Fundo de Reaparelhamento Econômico	5.447	3,47	5.602	-2,43	6.930	-1,89	8.700	-8,83	n.d.	n.d.
a. Adicionais Imposto de Renda	3.889	4,23	4.432	8,11	5.103	-8,68	6.500	-7,5	9.911	16,67
b. Cia. Seg. E Capitalização	196	1,59	247	19,55	375	20,41	500	-3,17	n.d.	n.d.
c. Caixas Econômicas	906	-3,81	923	-3,35	1.452	24,77	1.700	-14,97	n.d.	n.d.
d. Inst. De Previdência Social	456	14,44	-	-	-	-	-	-	n.d.	n.d.
B. Outros Recursos Próprios	196	-61,81	1.043	404,82	1.884	43,26	3.326	28,21	n.d.	n.d.
a. Capital Social	-	-	-	-	-	-	-	-	n.d.	n.d.
b. Dividendo Soc. Econ. Mista	-	-	186	-	203	-13,44	476	70,29	n.d.	n.d.
c. Saldo Operacional	41	-87,73	589	1.262,84	1.224	64,81	2.298	36,35	3.848	28,12
d. Amortizações financiamentos concedidos	155	-13,43	268	64,03	457	35,24	552	-12,28	n.d.	n.d.
2. Recursos Especiais	1.568	-	2.210	33,71	2.000	-28,23	3.000	8,93	3.125	-20,3
A. 1o Acordo Excedentes Agrícolas	1.568	-	-	-	-	-	-	-	-	-
B. 2o Acordo Excedentes Agrícolas	-	-	2.210	-	2.000	-28,23	3.000	8,93	3.125	-20,3
3. Recursos Vinculados	5.974	118,6	8.228	30,66	12.071	16,35	16.686	0,39	n.d.	n.d.
A. Capital da Rede Ferroviária Federal	-	-	826	-	-	-	-	-	n.d.	n.d.
B. Fundo Renovação Patrimonial e Fundo Melhoramento de Ferrovias	2.180	204,4	2.238	-2,61	1.946	-31,04	2.140	-20,14	n.d.	n.d.
C. Fundo Federal Eletrificação	1.328	-3,64	1.420	1,44	2.117	18,24	2.479	-14,96	n.d.	n.d.
D. Imposto sobre Energia Elétrica (60%)	638	-0,01	718	6,76	832	-8,1	899	-21,53	n.d.	n.d.
E. Fundo Pavimentação	1.462	-	2.421	57,09	2.865	-6,14	3.000	-23,96	n.d.	n.d.
F. Fundo Especial para Substituição de Ramais Deficitários	366	-	605	56,81	716	-6,14	900	-8,71	n.d.	n.d.
G. Fundo Marinha Mercante	-	-	-	-	1.809	-	3.496	40,35	n.d.	n.d.
H. Taxa Renovação Marinha Mercante (Armadores)	-	-	-	-	252	-	509	46,69	n.d.	n.d.
I. Fundo Portuário	-	-	-	-	1.534	-	3.263	54,48	n.d.	n.d.
II. Recursos Efetivos	3.558	34,17	11.234	199,53	15.340	8,3	25.972	22,96	32.762	-3,48
III. (I - II)	9.627	-	5.849	-	7.545	-	5.740	-	n.d.	-

Fonte: BNDE (1959). Valores da taxa de crescimento real corrigidos pelo IGP - DI. Elaboração Própria. * Para o ano de 1960, os valores foram retirados de Prochnick, 1995.

Também no caso dos recursos vinculados, nem sempre a totalidade dos valores arrecadados foi repassada ao BNDE. O volume total de recursos entregue ao Banco nas diferentes rubricas era, em geral, inferior ao volume potencial (Tabela 4). Aparentemente, este contingenciamento, provavelmente entregue ao Tesouro Nacional, cuja destinação não é possível levantar por insuficiência de fontes, não prejudicou o Plano de Metas, na medida em que as principais metas foram, de fato, cumpridas. Por outro lado, ainda que nem sempre a totalidade dos recursos fosse repassada ao Banco, parece haver uma consciência sobre a importância do BNDE para a execução do Plano, que pode ser expressa na relação entre recursos potenciais e efetivamente entregues ao Banco, sempre crescentes durante o governo

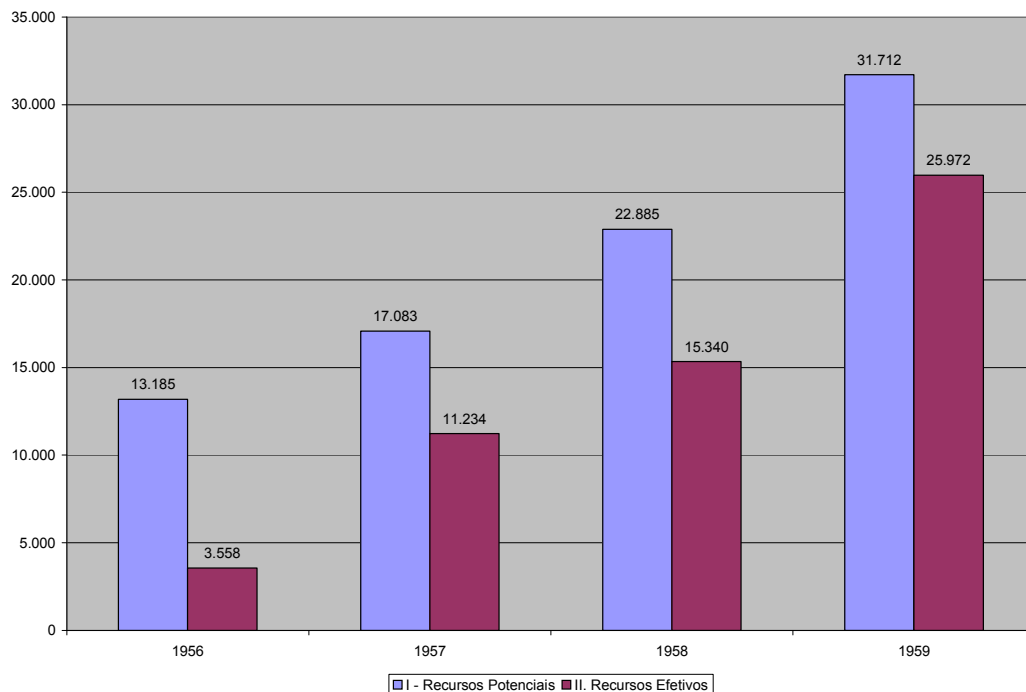
Kubitschek e muito próximas à unidade no ano de 1959, último ano em que tais dados estão disponíveis, conforme mostram os Gráficos 1 e 2, abaixo:

Gráfico 1
BNDE: Recursos Efetivos / Recursos Potenciais



Fonte: Tabela 4, Elaboração Própria. Dados de 1960 não estão disponíveis.

Gráfico 2
BNDE: Recursos Potenciais X Recursos Efetivos, 1956 – 1959
Em Cr\$ Milhões correntes



Fonte: Tabela 4, Elaboração Própria. Dados de 1960 não estão disponíveis.

Ademais, também as fontes de recursos externos reforçaram o caixa do BNDE. Até o ano de 1958, quando a maior parte das metas já estava em estágio adiantado, o maior financiador estrangeiro do Programa de Metas foi o Eximbank, cujos interesses eram óbvios, tendo concedido cerca de US\$ 276 milhões (Conselho do Desenvolvimento, 1958: 33), pois ainda segundo dados dessa mesma fonte (1958: 30), cerca de 1/3 dos investimentos previstos pelo Plano de Metas envolveriam importação de bens ou serviços. A estimativa girava em torno de 2,3 bilhões de dólares, dos quais 1,3 bilhão se traduziria em encargos cambiais efetivos, enquanto o restante corresponderia a importações sem cobertura cambial ou pagamentos diferidos para períodos a partir de 1962 (Conselho do Desenvolvimento, 1958: 52). Apesar de anteriormente enunciado, é preciso reforçar aqui o fato de o Plano de Metas, embora privilegiando com subsídios fiscais e creditícios às empresas nacionais, ter admitido, também como agentes decisivos da estratégia que montara, as grandes empresas estrangeiras.

É certo que os incentivos dados pela política cambial, através do sistema de taxas múltiplas ou através da Instrução 113 da SUMOC, beneficiaram a todos, inclusive aos estados onde se localizariam os empreendimentos. De fato, esta orientação produziu forte impacto sobre o crescimento dos investimentos estrangeiros diretos, de forma que estes saltaram de cerca de 9 milhões de dólares, em 1952, para a cifra de 144 milhões de dólares, em 1957 (Villela & Baer, 1980: 18-19, Caputo e Melo, 2008). O crescimento brutal dos investimentos diretos teve efeitos sobre todo o setor produtivo e sobre o mercado interno, modernizando a produção e também o padrão de consumo brasileiro.

De um modo geral, para que o sucesso do Plano não fosse interrompido pelas restrições externas seria imperioso encontrar formas de financiar as estimativas de gastos crescentes com importações. As soluções previstas eram: (i) financiamentos de entidades de crédito internacional; (ii) financiamentos de entidades oficiais estrangeiras; (iii) investimentos diretos trazidos em importações sem cobertura cambial; e (iv) créditos de curto e médio prazo dos fornecedores de equipamentos.

O governo Kubitschek utilizou alguns importantes dispositivos já existentes para enfrentar as restrições externas. Os Acordos dos Excedentes Agrícolas – ou os Acordos do Trigo, como ficaram conhecidos – certamente estão entre os mais notáveis. Segundo tais acordos, os EUA financiariam a compra pelo Brasil dos excedentes agrícolas norte-americanos e os recursos equivalentes seriam convertidos em cruzeiros, a taxa a ser acordada entre as partes. O governo Kubitschek valeu-se de dois Acordos do Trigo:¹⁷

¹⁷ Foram feitos ainda mais dois acordos, os dois em 1961. Viana (1981) os apresenta com mais detalhes.

1º Acordo: Firmado em 16 de novembro de 1955, previa a importação de trigo, cereais para forragem, banha e fumo capeiro, no total de US\$ 41,2 milhões. Da parte equivalente em cruzeiros, 76% foram destinados ao BNDE e o restante ficou disponível para uso da Embaixada norte-americana.

2º Acordo: Datado de 31/12/56, previa a importação de trigo, óleos vegetais e laticínios, no total de US\$ 138,7 milhões, valor este ampliado para US\$ 173,2 milhões em dezembro de 1960. No entanto, o acordo foi encerrado quando atingiu o montante de US\$ 163 milhões. O percentual depositado no BNDE foi de 85%, ficando o restante disponível para uso da Embaixada norte-americana.

Como foi visto acima, a administração do Banco foi eficaz na mobilização de recursos externos, mas estes não permitiam substituir os recursos internos, oriundos do Tesouro Nacional ou fiscais, na sustentação deste vigoroso programa de investimentos.

4. Considerações finais

Para o BNDE, o Plano de Metas acarretou importantes transformações institucionais, estruturando-o e solidificando capacidades adquiridas, aumentando sua capacidade operacional, de gestão e financeira, além de articular um corpo técnico ágil e afeito às soluções dos problemas decorrentes do desenvolvimento brasileiro. Embora seja mais simples avaliar a trajetória do Banco pelos seus aspectos financeiros, existe outro, mais difícil de mensurar, porém tão importante quanto, que caracteriza a atuação do BNDE durante o Plano de Metas: a participação do seu corpo técnico na formulação do Plano.

Pelo lado financeiro, o Banco assinou contratos de financiamento para 133 projetos e suas fontes de recursos foram ampliadas, agregando-se ao adicional do imposto de renda os fundos vinculados, o que permitiu o aumento de seu campo de atuação, no planejamento e financiamento do setor de energia elétrica, no reaparelhamento dos portos, ferrovias e das indústrias básicas. O Banco garantiu uma parte dos investimentos para a implantação da indústria de equipamentos pesados e da indústria de papel e celulose, chegando em 1960 como uma das principais instituições financiadoras do programa de expansão do setor siderúrgico; não por acaso, muitas vezes, a literatura trata o BNDE como o “Banco do Aço”.

Olhando para atuação do corpo técnico, pode-se concluir que na vigência do Plano de Metas estabeleceu-se uma estreita simbiose entre o *staff* do Banco e o governo, essencial para conduzir o Plano até o fim, embora com atritos diversos, que levaram a demissão de Lucas Lopes e Roberto Campos do governo Kubitschek. Entretanto, o Banco não perdeu a

profissionalização do seu corpo técnico – pelo contrário, avançaria na manutenção de sua qualificação e ampliou seu campo de atuação, garantindo sua *expertise* como a mais importante agência de desenvolvimento nacional. Assim, pode-se concluir que nestes anos o BNDE tornou-se a principal agência oficial na coordenação dos investimentos públicos e principal executor das políticas traçadas pelo Plano de Metas para os setores sob a responsabilidade do setor público. O apoio do Banco ao investimento em infraestrutura básica foi decisivo para a realização destas metas e desta ação resultou o barateamento dos insumos ao setor industrial e a eliminação de vários pontos de estrangulamento da economia.

Referências Bibliográficas

Documentos Oficiais

- BRASIL: Conselho do Desenvolvimento (1958). *Programa de Metas*. Tomos I, II e III. Rio de Janeiro.
- BRASIL: Conselho do Desenvolvimento (1960). *Relatório do período 1956-1960*. Vol. I, II, III e IV. Rio de Janeiro.
- BNDE, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico. *Exposição sobre o Programa de Reaparelhamento Econômico*. Rio de Janeiro. Anos: 1952 a 1965.
- GRUPO MISTO BNDE-CEPAL (1957). *Análise e projeções do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: BNDE.
- GRUPO MISTO BNDE-CEPAL (1957a). *O desenvolvimento econômico do Brasil. Bases de um Programa de Desenvolvimento para o período 1955-62*. Rio de Janeiro: BNDE.
- SUMOC, Superintendência da Moeda e do Crédito. *Boletins Mensais*. Anos: 1955 a 1961.

Periódico

O Observador Econômico e Financeiro, ano XX, n.230, abril de 1955.

Entrevistas

- CAMPOS, Roberto (1982) *Projeto Memória, 1ª fase*. Transcrição do VT nº 15, de 18/10/82. BNDES: Rio de Janeiro.
- LOPES, Lucas (1982) *Projeto Memória, 1ª fase*. Transcrição do áudio nº 10, de 08/03/82. BNDES: Rio de Janeiro.
- TAVARES, Maria da Conceição (1982) *Projeto Memória, 1ª fase*. Transcrição do VT, de 06/05/82. BNDES: Rio de Janeiro.

Artigos, Livros, Capítulos

- CAMPOS, Roberto (1994) *A lanterna de popa*. Rio de Janeiro: Topbooks.
- CAPUTO, Ana Claudia & MELO, Hildete Pereira de (2007), “A industrialização brasileira nos anos 1950: uma análise da Instrução 113 da SUMOC”, *Anais do VIII Congresso Nacional de História*

Econômica e IX Conferência Internacional de História de Empresas da Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica (ABPHE), Aracaju, setembro de 2007.

_____ (2008) “O investimento direto estrangeiro no governo Juscelino Kubitschek”, *Anais do X Encontro Nacional de Economia da Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP)*, João Pessoa (PB), 21/23 de maio de 2008.

FURTADO, Celso (1982) Projeto Memória, 1ª fase. Transcrição do áudio nº 10, de 22/06/82. BNDES: Rio de Janeiro.

_____ (1985) *A fantasia organizada*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 5ª ed.

KUBITSCHKEK, Juscelino (1978) *50 anos em 5 – Meu caminho para Brasília*. Rio de Janeiro: Bloch.

LAFER, Celso (1970) O Planejamento do Brasil – Observações sobre o Plano de Metas (1956-1961). In: LAFER, Betty M. *Planejamento no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, pp. 29-50.

LATINI, Sydney (2007) *A Implantação da Indústria Automobilística no Brasil - da Substituição de Importações Ativa à Global*. São Paulo: Alaude.

LESSA, Carlos (1975) *15 Anos de Política Econômica*, São Paulo: Brasiliense, 3. ed.

LOPES, Lucas, (1991) *Memórias do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Centro da Memória da Eletricidade no Brasil.

PROCHNIK, Martha. (1995) *Fontes de recursos do BNDES*. Online em: <http://www.bndes.gov.br/conhecimento/revista/rev408.pdf>. Acesso em 10 de dez de 2007.

SOCHACZEWSKI, A. C (1993), *Desenvolvimento Econômico e Financeiro do Brasil – 1952-1968*, São Paulo: Trajetória Cultural.

VIANA, A. L. A. (1981). *O BNDE e a industrialização brasileira*. Dissertação de Mestrado, Unicamp, Campinas.

VILLELA, Anibal V., e BAER, W. (1980) O setor privado nacional: problemas e políticas para seu estabelecimento, Rio de Janeiro, IPEA/INPES, *Coleção Relatórios de Pesquisa*, 46.